



A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Prof. Dr. Eduardo Ribeiro Dantas¹
Universidade Estadual da Paraíba
dudadantas@ccbs.uepb.edu.br

Introdução

O processo de formação de professores de Educação Física na Universidade Estadual da Paraíba se inicia oficialmente no ano de 1978, quando é criado o Curso de Educação Física através da resolução URNe/CONSEPE/011/78. Trinta e seis anos depois, esse processo ganha novos contornos com o início das atividades de mais um Curso, vinculado à Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância – PROEAD. Trata-se do segundo Curso de Licenciatura em Educação Física da instituição, implantado com a finalidade de atender ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, que já se encontra em funcionamento nas cidades de Campina Grande, Monteiro, Patos e Guarabira.

Voltado para a formação e qualificação de professores da rede pública de ensino, este Curso, criado pela resolução UEPB/CONSUNI/066/2013, amplia a participação da UEPB no cenário da formação superior em Educação Física na Paraíba, revelando os investimentos da instituição na qualificação pedagógica de seus alunos, tendo em vista o crescimento da atenção dada às questões relativas à formação e à identidade docente de professores de Educação Física, especialmente no interior do Estado.

Caminho que já vem sendo trilhado pelo Curso de Licenciatura do Departamento de Educação Física da UEPB, vinculado ao Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS, que cada vez mais investe na identidade docente do alunado, através de mudanças gradativas em sua formação. A reformulação do estágio supervisionado, por exemplo, que passou a contemplar a Educação Infantil e o Ensino Médio em componentes curriculares próprios, permitindo o exercício de

¹ Coordenador da área da Educação Física no Prodocência/UEPB.



uma prática pedagógica específica a esses níveis de ensino, além da participação em ações governamentais como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID e o Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência, sem deixar de mencionar a criação de um Curso de Especialização em Educação Física escolar, já em sua segunda turma, são indícios de uma atmosfera favorável à formação de professores na instituição, que revelam os avanços recentes deste curso de graduação na área pedagógica da Educação Física brasileira (DANTAS, 2014).

Este artigo se propõe a discutir então, o processo maior de formação de professores de Educação Física em curso na UEPB, a partir da análise do atual Projeto Político Pedagógico do seu primeiro Curso de Licenciatura. Justifica-se pela necessidade de articulação não só entre as diferentes estruturas existentes para a formação superior em Educação Física na UEPB, mas, principalmente, pela necessidade de um maior diálogo entre as instâncias formadoras de professores na instituição, o que requer necessariamente o reconhecimento de suas ações por seus pares.

O Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física ao longo do tempo

As mudanças na formação do licenciando de Educação Física da UEPB acompanharam as mudanças na proposta pedagógica do Curso, que por sua vez, refletiram as mudanças no Ensino Superior e na própria área ocorridas em todo o país. Com uma duração mínima de três anos desde sua criação, o currículo do Curso de Educação Física passa a ser integralizado em quatro anos e meio em 1992, obedecendo às determinações da resolução CFE n. 03/87. Essa resolução estabelecia uma nova referência para a formação profissional na área, cuja carga horária passaria de 1.800 horas-aula para 2.880 horas-aula, sendo integralizada em no mínimo quatro anos a partir da inclusão de uma formação humanística, baseada no conhecimento Filosófico, do Ser Humano e da Sociedade (SOUZA NETO, et. al., 2004).

No ano de 1999, já depois que a Universidade Regional do Nordeste dá lugar à Universidade Estadual da Paraíba, suscitando uma série de mudanças



institucionais quanto a sua estrutura pedagógica, o Curso de Educação Física acompanha a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96 e a resolução UEPB/CONSEPE/09/97, apresentando à comunidade acadêmica um Projeto Político Pedagógico cujo currículo totalizava uma carga horária de 2.970 horas-aula. Este projeto iria sofrer sua primeira reforma no ano de 2007, resultando no atual Projeto Político Pedagógico do Curso, tendo em vista as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos superiores de Formação de Professores e de Educação Física, aprovadas alguns anos antes.

Projeto este que vem sendo objeto de análise por diferentes comissões curriculares constituídas no âmbito do Departamento de Educação Física da UEPB desde 2007, e que agora, tendo em vista a institucionalização em cada curso de graduação da UEPB de um Núcleo Docente Estruturante – NDE, com atribuições de atuar no processo de concepção, implementação e desenvolvimento permanente dos Projetos Pedagógicos de Curso – PPC, além de coordenar o seu processo de autoavaliação, ganha novas perspectivas de reelaboração.

O atual Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física

A integralização curricular do atual Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física – DEF/CCBS/UEPB, é realizada em um mínimo de quatro e um máximo de seis anos, compreendendo uma Carga Horária Total de 2.900 horas-aula, em regime seriado semestral. Sua composição curricular é formada por 48 componentes curriculares, distribuídos em oito semestres, entre conteúdos Básicos (1.440 horas-aula), Complementares (360 horas-aula), Pedagógicos (780 horas-aula) e Eletivos (320 horas-aula), organizando-se através das seguintes áreas de conhecimento: I) Formação Ampliada (Conhecimento do ser humano – sociedade; Conhecimento Biológico do corpo humano; Produção do conhecimento científico e tecnológico); II) Formação Específica (Conhecimentos culturais do movimento humano; Conhecimento técnico – instrumental; Conhecimento didático – pedagógico).

Suas linhas de Pesquisa e Extensão, contempladas em componentes curriculares específicos no sexto período, são: 1) Atividade Física Adaptada; 2)



Atividade Física e Saúde; 3) Políticas Públicas de Esporte e Lazer; e 4) Pensamento Pedagógico da Educação Física Brasileira.

Elegendo um aspecto deste atual projeto para pensarmos em melhorias na formação geral de professores de Educação Física na UEPB, destacamos então a questão de suas linhas de Pesquisa e Extensão, que precisam urgentemente de uma reconfiguração, considerando-se, dentre outras necessidades, a articulação com os Grupos de Pesquisa e Extensão do Departamento de Educação Física, bem como, com os programas e projetos desenvolvidos isoladamente por seus docentes. Esse realinhamento inicial requer não só uma reforma curricular pontual, mas um Plano de Desenvolvimento de Curso para os próximos anos, que considere sua tradição e potencialidades, possibilitando um maior diálogo entre o ensino, a pesquisa e a extensão da Educação Física na UEPB.

Compreender essas linhas de Pesquisa e Extensão enquanto elos não só entre os componentes curriculares da formação inicial, mas como guias que favorecem a projeção horizontal e vertical do processo formativo do estudante, faz com que elas não se reduzam a um componente curricular específico, existente apenas para instrumentalizar o aluno no preparo do seu Trabalho de Conclusão de Curso. Para tanto, é preciso uma visão mais ampla desse processo, na tentativa de se construir um caminho mais dinâmico e produtivo entre a formação inicial, a formação continuada e o mundo do trabalho da Educação Física.

Em outras palavras, um melhor arranjo dessas linhas, tendo em vista sua íntima relação com a prática pedagógica do professor de Educação Física na Educação Básica, que seja coerente não só com as ações desenvolvidas no Departamento de Educação Física, mas com uma proposta formativa mais ampla que se configura na UEPB, para professores de um modo geral, pode fazer com que os alunos encontrem mais sentido em sua formação e passem a desenvolver melhor sua prática pedagógica, valorizando a identidade e o trabalho docente.

Conclusão

Para que a UEPB possa se destacar ainda mais na formação de professores para a Educação Básica, executando um projeto coletivo de desenvolvimento



institucional com este propósito, dentre outros possíveis e desejados, é preciso que suas diversas licenciaturas estejam alinhadas a uma proposta de fundo, onde seja possível reconhecermos a realidade específica de cada área existente na instituição e, desse modo, projetarmos formas mais integradas de ações, tendo em vista a contribuição singular de cada uma delas.

Neste sentido, a Educação Física enquanto uma dessas áreas, deve articular cada vez mais os diversos cursos de formação inicial e continuada que oferece, bem como as diversas ações que desenvolve na instituição, refinando sua proposta formativa de modo a se visualizar mais claramente nesta ampla proposta de formação de professores da UEPB que se faz cada vez mais necessária enquanto uma política institucional. Mas antes de qualquer coisa, é preciso que ela se revele à comunidade acadêmica e esteja pronta para o debate.

Enquanto estratégia inicial para possibilitar essas articulações, destacamos a urgência na redefinição das linhas de Pesquisa e Extensão do Curso de Licenciatura vinculado ao Departamento de Educação Física da UEPB, para que a partir de uma nova compreensão do seu papel no processo formativo em curso, possam estar “costurando” essa formação com diferentes cores e texturas, mas com objetivos comuns frente ao desafio de formar novos professores de Educação Física que busquem na carreira docente sua realização profissional.

Referências

DANTAS, E. R. Formação e identidade docente em Educação Física: a experiência recente da Universidade Estadual da Paraíba. In: **I Congresso Internacional Interdisciplinar de Saúde, Desporto e Pedagogia do Movimento**. João Pessoa, abril, 2014.

SOUZA NETO, et. al. A formação do profissional de Educação Física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 113-128, jan. 2004.
